

Cartilha opõe gestão ‘neoliberal’ a modelo ‘desenvolvimentista’

21 FEVEREIRO DE 2013

Comparação com período FHC feita por petistas, porém, omite manutenção de fundamentos econômicos, afirmam especialistas

Para exaltar os resultados da economia brasileira na última década, o PT apresentou a seus militantes ontem uma cartilha que contrasta “dois projetos distintos de Brasil”, com críticas à gestão tucana do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, cujo governo foi de 1995 a 2002. Na visão do partido de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, antes o País era conduzido com uma política “neoliberal”. Agora, afirma o material petista, o modelo é “desenvolvimentista”.

Economistas ouvidos pelo Estado apontam, no entanto, que as políticas econômicas desses dois períodos têm muitos pontos em comum que foram omitidos no livreto de 15 páginas distribuído na comemoração dos dez anos do partido na Presidência.

O documento critica privatizações de empresas públicas du-

rante a gestão do PSDB e ataca o que chama de “decadência induzida pela rota da neocolonização neoliberal”. “Conforme a realidade demonstrou, a ausência do crescimento sustentável possibilitou manter, quando não aprofundar, o status quo já existente. Assim, a pobreza seguiu nos mesmos patamares, sobretudo com o desempenho desfavorável dos fundamentos econômicos do Brasil”, diz o material petista.

Há tabelas com dados de emprego, PIB, renda, dívida pública e inflação, todos favoráveis ao período de Lula e Dilma no governo.

O economista Anselmo Luís dos Santos, professor da Unicamp, afirma que o governo Lula (2003-2010) precisou manter pilares da política econômica de seu antecessor nos primeiros anos de seu mandato. “É evidente que, no início do governo Lula, com a Carta ao Povo Brasilei-

● Pontos de vista

JOSÉ MARCIO CAMARGO

ECONOMISTA DA PUC-RIO

“Até meados da década passada, os governos eram muito parecidos. O resto é retórica política”

ANSELMO DOS SANTOS

PROF. DE ECONOMIA DA UNICAMP

“No início do governo Lula a política econômica foi mantida e você tem uma fase de transição durante o segundo mandato”

ro, a política econômica foi mantida e você tem uma fase de transição durante o segundo mandato, com uma tentativa de se avançar com uma política industrial, uma política de desenvolvimen-

to e uma política de estímulo.”

O professor de Economia da PUC-Rio José Márcio Camargo diz que o desenvolvimento do Brasil se deu após um processo contínuo de reformas que aconteceu tanto no governo FHC quanto no primeiro mandato de Lula. “No fim dos anos 1980, o Brasil era desorganizado, com inflação de mais de 1.000 % ao ano e extremamente fechado. A revolução começou em 1990 e foi até 2005 ou 2006. Foi o que tornou o Brasil mais competitivo”, afirma o economista. “Até meados da década passada, os governos eram muito parecidos. O resto é retórica política.”

Conjuntura. Os economistas também apontam que a avaliação feita pelo PT deixa de mencionar o cenário econômico internacional que influenciou, no início do governo Lula, o resultado do desenvolvimento brasileiro. Depois, o PIB nacional acompanhou, de certa forma, a boa maré dos países em desenvolvimento.

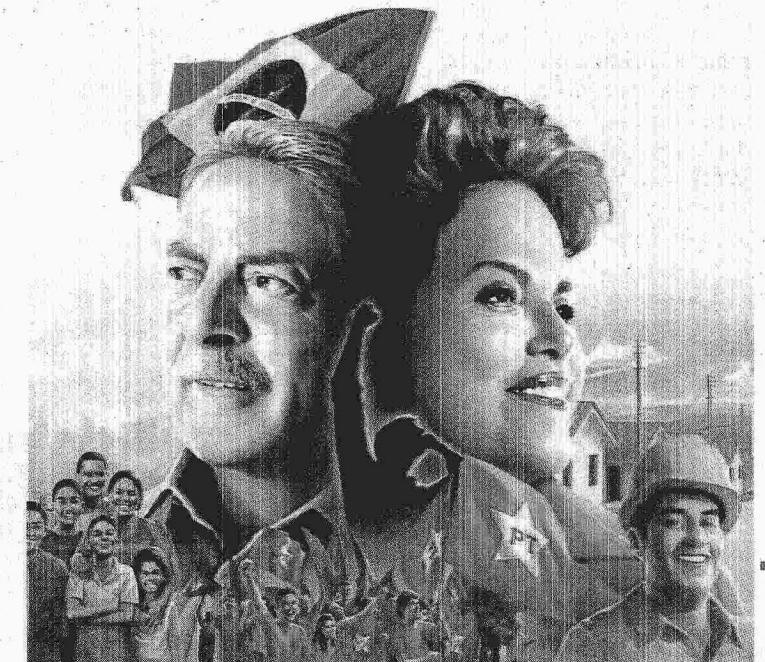
“O cenário internacional ajudou muito (*os primeiros anos de Lula*), porque, no início do governo, com juros altos, você teria dificuldades se a economia mundial estivesse em uma situação desfavorável”, diz Santos.

“As reformas que foram feitas na economia brasileira desde 1999 foram fundamentais para que o País pudesse se aproveitar de um cenário internacional favorável para aumentar seu desenvolvimento”, diz Camargo.

Já as críticas feitas pelo PT às privatizações dividem os econo-

O DECÊNIO QUE MUDOU O BRASIL

Partido dos Trabalhadores • Instituto Lula • Fundação Perseu Abramo
São Paulo, Fevereiro de 2013



Decênio. Capa da cartilha distribuída para a militância do PT

mistas. O documento petista afirma que o governo transferiu 15% do PIB constituídos por ativos do Estado “para a iniciativa privada” em um processo sem críticos. Para Santos, “a privatização retirou instrumentos importantes para a realização de políticas de desenvolvimento”. Já Camargo afirma que “o processo foi fundamental, pois as estatais eram extremamente ineficientes”.